



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XVI — Nº 33

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 9 DE MARÇO DE 1961

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REUNIÕES MARCADAS PARA QUINTA-FEIRA,
DIA 9 DE MARÇO DE 1961

Comissões Permanentes

- I — De Constituição e Justiça — Turma "A", às 11,30 horas.
- II — De Economia, às 15 horas.

- III — De Educação e Cultura, às 14 horas e 30 minutos.
- IV — De Finanças, às 16 horas.
- V — De Orçamento e Fiscalização Financeira — Turma "C", às 15 horas e 30 minutos.
- VI — De Relações Exteriores, às 15 horas.
- VII — De Segurança Nacional, às 15 horas.
- VIII — De Transportes, Comunicações e Obras Públicas, às 16 horas.

SUMÁRIO

- 1 — MESA
- 2 — LÍDERES E VICE-LÍDERES
- 3 — COMISSÕES PERMANENTES
- 4 — COMISSÕES ESPECIAIS
- 5 — COMISSÕES DE INQUÉRITO
- 6 — ATAS DAS COMISSÕES
- 7 — 8ª SESSÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 8 DE MARÇO DE 1961 (2ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
 - I — Abertura da sessão
 - II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior
 - III — Leitura do expediente.

Indicação:

Em ofício nº 16-61, do Sr. Almino Afonso, Líder do Bloco PTB e do PR, indicando o Sr. Deputado Lycio Hauer para membro da Comissão de Inquérito para investigar as causas dos últimos desastres aéreos ocorridos no País.

Requerimento deferido:

Do Sr. Armando Carneiro, Presidente da Comissão Especial de Valorização Econômica da Amazônia, solicitando a restauração do Projeto do Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia (Ofício nº. 2-61).

Projetos a imprimir

Nº 2.759-61, do Poder Executivo, que exclui da jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, a Comarca de Santa Rosa de Viterbo — (As Comissões de Constituição e Justiça).

Nº 2.760-61, do Poder Executivo, que cria uma Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho, em Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças).

Nº 2.761-61, do Poder Executivo, que isenta dos impostos de importação e de consumo equipamento telefônico importado pela Telefones Bahia S.A. — TEBASA — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças).

Nº 2.762-61, do Poder Executivo, que dá nova redação ao artigo 12, II, da Lei 3.782, de 22-7-60, que cria os Ministérios da Indústria e do Comércio e das Minas e Energia e dá outras providências — (As Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças).

Nº 2.943-A-53 — Inclui no plano rodoviário nacional de primeira urgência a estrada AL BR-11, no trecho entre Porto Real do Colégio e Macaói, e fixa o prazo para a conclusão da construção do trecho Macaói-Jacuipe, também da Estrada AL BR-11, tendo pareceres: da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas contrário ao Projeto e, da Comissão de Finanças, com substitutivo ao mesmo.

Nº 3.166-B-57 — Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para a participação do Serviço Nacional do Teatro na IV Bienal de São Paulo; tendo pareceres favoráveis: das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças e contrário da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Nº 4.334-A-58 — Revoga o art. 1º da Lei n. 2.922, de 31-10-56, no que se refere aos lotes urbanos de Ceres (Goiás); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo, e da Comissão de Economia, favorável ao projeto e contrário ao referido substitutivo.

Projetos apresentados

Nº 2.585-61, que acresce de quinze dias todos os prazos processuais nos feitos de qualquer natureza que correm perante os órgãos do Poder Judiciário com sede no Distrito Federal.

Nº 2.763-61, do Sr. Bocayuva Cunha, que institui pensão em favor da viúva e filhos de Governadores de Estado falecidos no exercício dos mandatos — (As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças).

Nº 2.764-61, do Sr. Oliveira Franco, que isenta de quaisquer tributos fiscais ou mais direitos de importação os livros técnicos ou científicos destinados ao ensino médio, profissional ou superior — (As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças).

Nº 2.765-61, do Sr. Oliveira Franco, que considera cidadãos brasileiros, salvo declaração em contrário, os estrangeiros residentes no Brasil por mais de cinco anos casados com mulher brasileira, ou com filhos brasileiros — (A Comissão de Constituição e Justiça).

Nº 2.766-61, do Sr. Resende Monteiro, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de.... Cr\$ 5.000.000,00 destinado a auxiliar o Ginásio Nossa Senhora Aparecida, mantido pelas Irmãs Dominicanas, em Urucubá, Estado de Goiás — (As Comissões de Educação e Cultura, de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças).

Nº 2.767-61, do Sr. Resende Monteiro, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado ao prosseguimento das obras da Rodovia BR-72 — (As Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças).

Nº 2.768-61, do Sr. Cunha Bueno, que autoriza o Poder Executivo a conceder, através do Ministério da Educação e Cultura um auxílio de Cr\$ 2.000.000,00 à Associação dos Inspectores de Alunos dos Cursos Uni-

...já estiveram nesta tribuna prestando homenagem àquele eminente líder trabalhista que tão jovem ainda foi cortado, carregado do nosso convívio, de forma tão brutal e com consequências tão graves para o povo fluminense, para o Estado e para o Partido Trabalhista Brasileiro. Outros oradores já fizeram a análise de sua obra e pretendemos, oportunamente, quando a emoção que sentimos tiver-se apagado, tornarmos-se menos dura e crua pelo golpe de sua perda, examinarmos em pronúncia o que foi pensamento e a obra de Roberto Silveira.

Neste momento, Sr. Presidente, desejo apenas congratular-me com os líderes sindicais, com o movimento sindical do meu Estado que, numa demonstração de maturidade política, numa demonstração de que os dirigentes sindicais do Estado do Rio de Janeiro já podem emprestar parte ativa na condução dos negócios da terra fluminense, reuniram-se e fizeram um documento, uma recanção, que é como se fosse uma garantia para que a obra de Roberto Silveira, aquilo que fez pelo trabalhador fluminense, não seja, não poderá ser esquecida. Confiamos esses dirigentes sindicais nos trabalhadores politizados em meu Estado e em que o Partido Trabalhista Brasileiro, por sua seção fluminense, saberá tornar na primeira linha de frente para levar a obra inacabada de Roberto Silveira.

O Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado do Rio, agora, no momento em que perdemos aquele que era realmente o maior líder sindical do Estado do Rio, Governador Roberto Silveira, está preocupado com o andamento de certas medidas que se anunciam pela nova administração federal, entre as quais a do fechamento de postos do SAMDU. Há inclusive um movimento para que uma assembleia monstro se realize, entre hoje e amanhã, em Cabo Frio e que congrega, através da Companhia Nacional de Alcaçis, Indústria Pioneira em nosso País no ramo dos produtos químicos, uma assembleia na sede daquele sindicato com o objetivo de cerrarem fileiras os trabalhadores não só de Cabo Frio como de todo o Estado do Rio contra o fechamento do posto do SAMDU tão necessário aquele município que até então não tinha qualquer assistência médica urgente.

Fazendo aqui meu apelo, sobretudo ao Sr. Castro Neves, Ministro do Trabalho, em quem temos realmente a obrigação de depositar alguma esperança, sobretudo pelos seus últimos pronunciamentos, por suas últimas entrevistas já muito combatidas pelas forças da reação, que o Sr. Castro Neves a quem se abriu de fato, num movimento sindical em nosso País, um crédito de confiança saiba corresponder a esse crédito que lhe foi concedido, pedindo que aos trabalhadores de todo o País, e em particular aos fluminenses, não seja roubada a assistência dos postos do SAMDU, tão necessários à vida de tantas cidades em nosso País. (Muito bem).

O SR. FERNANDO FERRELE:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, um dos pontos que causaram maior celeuma, um dos aspectos de problemas aqui focalizados que maior número de interpretações provocaram foi aquele referente às áreas de terras de Arapoti e Chopim, no Estado do Paraná.

V. Ex.^{as} estão lembrados dos longos debates aqui travados sobre a legalidade daquelas transferências. Várias vezes me pronunciei sobre a matéria, sobre a luta que os lavradores do Oeste paranaense travaram pela "posse de terra". Muitos desses colonos foram barbaramente espingardeados pelo direito de busca-

ço de terra, o que não conseguiram. Foi feito inquérito no INIC, inquérito que reúne talvez trezentas páginas, pondo a nu a história toda de Arapoti. E o Sr. Presidente do INIC, Dr. Lelheia, chegou a propor ao Sr. Presidente da República, então Juscelino Kubitschek de Oliveira, a desapropriação dessas áreas e a venda direta aos agricultores sem terra do Estado do Paraná. Por incrível que pareça, até hoje não sabemos o destino que se deu a esse inquérito, um dos mais importantes e relevantes, porque está praticamente manchado com o sangue dos camponeses do Paraná que morreram espingardeados pelas forças da reação, na hora em que pleiteavam um pedaço de terra nas áreas do grande Estado sulino.

Por isso, Sr. Presidente, desejo, através de requerimento, que V. Ex.^{as} peça ao Poder Executivo informes e providências sobre a remessa à Câmara dos Deputados da cópia autêntica do resultado do inquérito sobre glebas de terras de Arapoti e Chopim, no Estado do Paraná, bem como remeta a esta Câmara as propostas finais do INIC, para a solução definitiva do problema, o andamento e situação atual do referido inquérito.

O requerimento é o seguinte:

"Requerimento de informações
Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiro que o Poder Executivo, através do INIC, informe e providencie o seguinte:

- a) remessa à Câmara dos Deputados de cópia autêntica dos resultados do inquérito sobre glebas de terras de Arapoti e Chopim, no Estado do Paraná, bem como as propostas finais do INIC para a solução definitiva do problema;
- b) andamento e situação atual do referido inquérito.

Sala das Sessões, ... de fevereiro de 1961. *Fernando Ferrari*

Ainda, aproveitando o tempo que V. Ex.^{as} me concedeu, vou encaminhar à Mesa projeto final, autorizando o Poder Executivo a organizar a Usina Siderúrgica de Corumbá, Estado de Mato Grosso, projeto que anunciei dias atrás e que agora apresento em bases definitivas, depois de ter recebido informações técnicas de pessoas que me assessoraram neste projeto, o qual, se aprovado pela Câmara, como espero, virá prestar serviços inestimáveis às regiões geoeconômicas, às zonas mais abandonadas do País, no Mato Grosso. (Muito bem).

O SR. HERBERT LEVY:

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Federação das Misericórdias do Estado de São Paulo dirigiu ao Sr. Ministro do Trabalho, Sr. Castro Neves, representação solicitando que as autarquias subordinadas ao seu Ministério na região de Campinas se utilizem das Santas Casas para assistência hospitalar devida aos associados dos vários Institutos. Esta sugestão bem merecia ser aceita e estendida a todo o Estado de São Paulo e até mesmo às demais Unidades da Federação, porquanto é sabido que as Santas Casas são dirigidas pelos melhores elementos recrutados nos meios locais. Elas possuem administrações eficientes, um custo de manutenção muito mais baixo do que os de quaisquer instituições oficiais e geralmente um serviço médico-hospitalar primoroso. Nestas condições, não apenas os trabalhadores teriam um atendimento médico-hospitalar bem melhor do que o que lhes tem sido proporcionado, como a am-

pliação dos recursos das Santas Casas, o aperfeiçoamento da sua organização se refletirá em benefício das classes menos favorecidas que são atendidas gratuitamente pelas mesmas.

Como vê V. Ex.^{as} e a Casa, merece a sugestão da Federação das Misericórdias de São Paulo da parte do Sr. Ministro do Trabalho e do Sr. Presidente da República o melhor acolhimento, porquanto todos, classes menos favorecidas, associados de Institutos e Governo, sairão ganhando com este sistema de apolo oficial às Santas Casas de Misericórdias. (Muito bem).

O SR. MILTON BRANDÃO:

(Para uma comunicação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, tive oportunidade de visitar as obras de construção da pista do aeroporto de Teresina, entregues à Comissão de Aeroportos da Amazônia, e constatei que os mesmos serviços se estão processando normalmente. Já foi recebida por aquela Comissão a verba de 33 milhões de cruzeiros, correspondente ao orçamento de 1960, faltando, apenas, a verba de 50 milhões, do orçamento de 1961. Com estas verbas será, por certo, concluído aquele aeroporto, para o qual já foi adquirida uma usina de asfalto e os materiais necessários à conclusão da pista de concreto.

Faz-se necessário, entretanto, que seja iniciada a construção da estação de passageiros, e é neste sentido que endereço apelo ao Ministro da Aeronáutica, a fim de que sejam tomadas providências urgentes, para imediato início dessa construção, imprescindível ao complemento do campo.

Quero, portanto, deixar minha solicitação, na certeza de que também a verba de 50 milhões será totalmente liberada, a fim de que o Piauí, dentro em breve, tenha o seu aeroporto concluído. (Muito bem).

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Para uma comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveitando estes breves momentos que me são concedidos, graças à generosidade do ilustre colega Deputado Hermógenes Príncipe, desejo fazer a esta Casa breve comunicação.

Quero, de início, solicitar encarecidamente a preciosa atenção dos pobres colegas desta Casa para o assunto que vou expor desta tribuna, pois o considero da mais alta importância e significação, na defesa do patrimônio moral e da dignidade do Congresso.

Prepenho mostrar como certos processos políticos insensíveis podem macular a dignidade do Congresso, degradando o seu prestígio perante a opinião pública. O fato que desejo citar é o seguinte:

Da tribuna desta Casa, pronunciou há poucos dias o Deputado Souto Maior um discurso assacando graves acusações contra a administração do Superintendente da Campanha da Merenda Escolar, do Ministério da Educação, o Coronel Walter Santos.

O Sr. Souto Maior — Mantenho a acusação.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Conhecendo bem a idoneidade e a capacidade profissional do acusado e conhecendo ainda melhor os motivos que levaram o deputado a formular essas acusações — motivos puramente de índole política, de rancor e despeito pessoais, sem nenhuma base real, resolvi apartar o discurso do referido parlamentar, protestando energicamente contra as acusações nele formuladas. E o fiz com tal veemência, levado pela indignação que me provocou essa atitude de um

parlamentar, que o Presidente da Mesa observou a necessidade de que o debate se processasse em termos mais serenos. De qualquer forma, julguei cumprido o meu dever, na defesa da Justiça e da verdade.

Senhor Presidente, fiquei estarelecido quando, no dia seguinte, li no "Diário do Congresso Nacional", o discurso pronunciado pelo Deputado Estácio Souto Maior. Dos meus apertados, havia sido suprimida toda a sua substância, todos os meus energicos e veementes protestos, certamente por serem considerados excessivamente violentos.

O Sr. Souto Maior — A quem V. Ex.^{as} está acusando por isso? A mim?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Ficaram eles, dessa forma, reduzidos a frases inexpressivas e vazias, que davam a aparência de uma extrema fraqueza em face das acusações formuladas contra o Superintendente de Merenda Escolar.

Por exemplo, disse eu:

"Não é a primeira vez que V. Ex.^{as} persegue esta campanha de maneira soez, que envergonha o mandato de Deputado"

"V. Ex.^{as}, na Comissão de Orçamento, quando quis viziar a honestidade, cometeu uma profunda desonestidade"

O SR. PRESIDENTE:

Atenção, Srs. Deputados. Peço que na linguagem guardem a altura de suas próprias personalidades, tão respeitáveis para que todos possamos aqui sentir essa respeitabilidade na altura dos debates dos nobres colegas.

Disse mais:

"Tenha V. Ex.^{as} a coragem de conter seus ressentimentos e seus recalques e não confunda a tribuna do Parlamento com uma casa de negócios particulares." Tudo isso foi supresso.

Mas, o que é mais grave, o que é inqualificável e contra o que venho protestar energicamente neste momento, é o fato de que, além da supressão de toda a substância dos meus apertados, foi o discurso publicado com frases e expressões que não existiam no discurso original pronunciado da tribuna desta Casa. O Sr. Souto Maior, ao proceder à revisão taquigráfica do discurso que lera nesta Casa, exortara posteriormente, de maneira abusiva e criminosa, ofensas e calúnias contra a minha pessoa.

O Sr. Souto Maior — Isso é uma injúria de V. Ex.^{as}. Permite-me um aparte?

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Vou provar. Concederei o aparte, depois da minha leitura.

O Sr. Souto Maior — V. Ex.^{as} está fugindo ao debate.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Aguarde.

Vejam textualmente: ao pronunciar o discurso, afirmou o Sr. Estácio Souto Maior, conforme foi ouvido pelos deputados presentes à sessão desta Casa e conforme figura nas atas taquigráficas e já as consultei, que "eu me elegi em Pernambuco com o leite em pó da FISI e da Merenda Escolar".

O Sr. Souto Maior — É a pura verdade! A custa do leite em pó.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO — Vaya acusação de que o deputado mais votado de Pernambuco e de todo o Nordeste do Brasil, cuja votação no último pleito procedeu em sua maior parte do eleitorado consistente de uma capital publicamente adulterada como é a cidade do Recife, obtivera esta sua vitória eleitoral distribuindo alguns copos de leite às pobres crianças famintas da região. Acusação tão vaza e tão pueril que não mereceria de minha par-

te senão a resposta de que a distribuição do leite se fizera pelo Brasil inteiro e não apenas em Pernambuco.

Pois bem, Senhores Deputados, no discurso agora publicado, o que se lê é o seguinte:

“O nobre deputado Josué de Castro acusou-me injustamente, mas desta tribuna lancei um repeto a S. Exa. para que prove se o mesmo não se elegeu em Pernambuco em 1954 e em 1958, com dezenas de milhões de cruzeiros de lei em pó do FISI, do Ministério da Saúde e da Merenda Escolar, desviados pelo Coronel Walter Santos”.

Foi assim, sarcastamente, acrescentada ao texto, a locução “dezenas de milhões de cruzeiros” desviados pelo Coronel Walter Santos”.

Esta acusação, esta falsificação, Senhores Deputados, é extremamente grave, porque redigida dessa forma, a frase encerra uma ofensa e uma infâmia que devem ser enérgicamente repelidas. Quem lê o discurso e os apêndices, conforme foram publicados, tem uma impressão bem distinta da verdadeira atitude que tomei em face das ofensas formuladas. E para desfazer esta falsa acusação, que me sinto no dever de, em consideração à Casa, manifestar-me desta tribuna. Primeiro para protestar enérgicamente e para lamentar que se passem episódios dessa natureza, numa Casa do Congresso Nacional: que possa um parlamentar dizer uma coisa da tribuna e depois publicar outra, assacando contra a honra e a dignidade de terceiros, transformando o “Diário do Congresso” numa folha qualquer tipo Tribuna de Imprensa, que já não traduz a verdade dos fatos que se passam nesta Casa, mas apenas os interesses subalternos, torcidos e falseados de alguém que conspura a dignidade e a honra alheias. Consultem-se as atas taquigráficas da sessão de 2 de corrente, e ficará comprovado o que estou afirmando neste momento.

As origens da acusação devam deixar-me indiferente, mas o dever de homem público, de deputado federal, me impõe o pronunciamento que aqui estou fazendo.

Para mostrar até que ponto são inverídicas, fantásticas, absurdas, as acusações formuladas, basta dizer que o Cel. Walter Santos, que o deputado acusa de ter desviado recursos da Merenda para a minha campanha eleitoral em 1954 e 1958, só veio a ocupar o cargo de Superintendente, em 1959. Isto demonstra a levandade das acusações. Mas ainda, Senhores Deputados, tanto em 1954 como em 1958, quando me elegei deputado federal, encontrava-me em oposição aos governos que superintendiam a distribuição do leite da Merenda Escolar. Em 1954, elegei-me no governo do Sr. Café Filho, ao qual fazia oposição. E em 1958, a Merenda Escolar era controlada em Pernambuco pela Secretaria da Educação do governo do General Cavalcanti de Albuquerque, ao qual também eu fiz oposição. Apelo para o testemunho do então Secretário da Educação, o nosso illustre colega Aderval Jurema, para que ele diga se eu tinha a menor interferência na Campanha da Merenda Escolar e na distribuição do leite aos escolares.

Criço que estes dados elementares bastam para desmoralizar por completo as intenções subalternas com que foi escrito e depois reescrito o discurso lido nesta Casa pelo Deputado Estácio Souto Maior.

O Sr. Souto Maior — V. Ex.ª permite o aparte agora?

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — Permissão o aparte a V. Ex.ª
O Sr. Souto Maior — Vou provar que V. Ex.ª sempre foi um justificador.

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — Apenas na opinião e no desejo de V. Ex.ª. Não é o pensamento do Brasil.

O Sr. Souto Maior — O aparte de V. Ex.ª, Sr. Deputado Josué de Castro, foi o seguinte: “O que desejo dizer é que a Campanha tinha uma verba global. A Campanha necessita adquirir os alimentos, os excedentes, através desses planos e desses convênios, e só o Governo Federal pode fazê-lo”. V. Ex.ª afirmava, aqui na Câmara, que o dinheiro devia ser para comprar o leite na América do Norte.

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — É evidente. Para pagar o transporte do leite.

O Sr. PRESIDENTE:

(Sr. Sérgio Magalhães — 1º Vice-Presidente) — Atenção! Informo ao nobre Deputado Josué de Castro que o orador do Grande Expediente, o nobre Deputado Hermógenes Príncipe, concedeu-lhe apenas dois minutos, segundo está informando à Mesa. Pediria a S. Ex.ª concluir a sua oração.

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — Estou para concluir, Sr. Presidente; terminado o aparte, concluirei.

O Sr. Souto Maior — Aqui está: “Fundo das Nações Unidas para a Infância”.

“Alimentação — Para continuar o programa alimentar materno-infantil e da merenda escolar beneficiando 720.000 mães e crianças, calcula-se que o FISI fornecerá em 1961 cerca de 9.000 toneladas de leite em pó, provenientes das doações americanas e canadenses, custeando o Governo Brasileiro e o FISI as despesas de transporte marítimo.”

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — É para isso a verba. Se fosse para comprar o leite seriam necessárias verbas muito mais vultosas.

O Sr. PRESIDENTE:

(Sr. Sérgio Magalhães — 1º Vice) — Peço ao nobre orador concluir.

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — Responde V. Ex.ª se é ou não verdade que o DNOCS pagou todo o serviço de terraplenagem da indústria da qual V. Ex.ª é presidente, que se chama Frigorífico Industrial de Brasília.

O Sr. Souto Maior — Traga os documentos comprobatórios!

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — Vão vir.

O Sr. PRESIDENTE:

(Sr. Sérgio Magalhães, 1º Vice) — O tempo do nobre orador está esgotado.

O Sr. JOSUÉ DE CASTRO — Para terminar, Sr. Presidente, declaro de forma categórica, que diante de fatos dessa natureza, estarei sempre pronto para repelir com veemência qualquer acusação como essa, que vise atingir a minha dignidade e a minha honra de homem público a serviço do meu País. (Muito bem).

V — O Sr. PRESIDENTE:

Passa-se à primeira parte do grande expediente.

Tem a palavra o Sr. Hermógenes Príncipe, de acordo com o artigo 14 do Regulamento Interno.

O Sr. HERMÓGENES PRÍNCIPE: (Lê o seguinte discurso):

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

Subo e esta tribuna para tratar de um tema que vem prendendo a atenção do povo brasileiro desde aquela noite de 31 de janeiro em que S. Ex.ª o Sr. Jânio Quadros, apenas empossado na Presidência da República, descreveu terrível, agourante, verdadeiramente sombria, a situação financeira do País.

Eminentes colegas desta Casa já tiveram ocasião de responder, com objetividade e sinceridade, ao Sr. Presidente da República; e se agora retomo o assunto é porque poria-vezes do go-

vérno, por todos os meios a seu alcance, vêm reiteradamente trombeteando aos quatro ventos o mesmo juízo que sobre a situação financeira nacional formulou o Sr. Presidente da República, inspirado certamente por assessores pouco bem informados, ou de má-fé.

O modo catastrófico com que se vem pintando a situação financeira do País é de tal ordem e de tal modo está impressionando espíritos menos feitos a pesquisas dessa natureza, que já toma corpo nas ruas uma campanha objetivando arrecadar dinheiro do povo a fim de ajudar o Brasil a saldar a sua dívida externa, como se fora possível fazê-lo através de cruzeiros.

É este um errodo que, visando a obscurecer a política desenvolvimentista do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, acabará deixando falsamente transparecer, perante as demais Nações do Mundo, que o Brasil se encontra numa irremediável posição de insolvência.

Em toda a nossa História, nos piores tranques por que tem passado as nossas finanças, jamais se utilizou de argumentos tão crudis para minar diante do povo o conceito de um ex-Presidente da República; jamais se serviu de tão bem engendrada máquina para levar ao descrédito uma filosofia da governação.

Há certamente, por trás de tudo isso, um intuito, indefinido ainda, mas muito bem pressentido.

A Nação, que se erguera acreditando na sua capacidade realizadora e via otimista o desmontar de tempos novos para o seu desenvolvimento e sua redenção, verifica surpresa que desejem levá-la outra vez a descer de si mesma, inoculada pelo mais amargo pessimismo sobre o seu presente e por muito tempo ainda sobre o seu futuro. Omitem-se as grandes obras de infra-estrutura do último quinquênio; cala-se o imenso acervo de realizações que se levou ao país; não se fala, entre outros avanços no da indústria nacional que irá fornecer ao Governo, num crescendo extraordinário, os meios com que poderá continuar a tarefa do sobregoverno nacional.

A impressão que se dá ao povo é de que nada se realizou, absolutamente nada, e de que o ex-Presidente Kubitschek passou cinco anos sentado em frente a uma fogueira deliciando-se em não ativar as cédulas que o povo teria destinado a Brasília, a Sudeste, às estradas, às hidroelétricas, aos açudes, aos silos e armazéns, à exploração do petróleo ao ensino, às indústrias de base, enfim.

A impressão que se pretende dar ao povo é de que o Sr. Juscelino Kubitschek nada planejou; de que neste quinquênio de 1951 a 1956 nada se vai colher do anterior; de que o Sr. Juscelino Kubitschek recebeu um país que usufruiu de uma situação de bom-estar insuperável e o depois arrasado em mãos do Sr. Jânio Quadros.

Tudo é tórrico, ao ver do Sr. Presidente da República. Não há com que pagar as contas internas, nem saldar dívidas externas. O País está à beira da falência, e para salvá-lo torna-se mister demitir funcionários, dobrar os turnos de trabalho, anegar as luzes das repartições públicas, vender os restos de papéis atirados a lata de lixo e recolher pelas ruas. Carrega-se o fardo com carrado fardo sobre o deficit orçamentário, escudando-se de que o Orçamento é uma lei autorizativa, facultando-se ao Executivo gastar conforme convém nos interesses nacionais. Defeitos sempre os houve em toda a nossa História republicana. Deficiências estavam as nossas finanças quando, em condições muito diversas, assumiu a Presidência da República o Sr. Juscelino Kubitschek, em 1956. Naquele ano, achava-se o País convulsionado, divididas as tropas militares, abalada a República por movimentos armados. Recebe o Sr. Jânio Quadros em 1961 um país em calma, pacificado, sem ódios

nem rancores, sem nada que lhe distraia o espírito da rotina administrativa.

Entretanto, em 1956 não se ouviram do Sr. Juscelino Kubitschek os agoureiros piôs que hoje ecoam de norte a sul do País. Ao contrário, pôs mãos à obra de recuperação nacional e encheu este Brasil de otimismo, otimismo que agora falsamente se tenta demonstrar sem razão.

Mas passemos agora, sem mais perder tempo, em considerações, a enfrentar a realidade dos números exatos, os quais, estou certo, espantarão os fantasmas com que se pretende atormentar a Nação Brasileira, desviar o Brasil do ritmo do progresso que começara, de infiltrar neste País um pessimismo bem mais destruidor e letal do que todas as inflações.

Examinemos as condições econômico-financeiras em que o Sr. Juscelino Kubitschek encontrou o país ao assumir a Presidência da República em 31 de janeiro de 1956 e como se entregou ao Sr. Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1961. Essas condições, que relataremos com cifras e dados simples mas irrefragáveis, demonstrarão que não apenas a situação financeira, mas também a econômica conduziu o país, senão para o empobrecimento, ao menos para a estagnação. O empobrecimento ou a estagnação que caracterizam os países produtores de matérias-primas e gêneros alimentícios, cujos líderes não tiveram ainda a inspiração de fazê-los transpor os limites que as integrarão no progresso.

Ao Sr. Juscelino Kubitschek deve o Brasil a decisão histórica, ainda pouco compreendida por muitos mas sentida por todos, de que era inadmissível desviar-nos do velho caminho que nos retardava, para nos colocar — antes que fosse tarde — às pressas, de qualquer forma, no atalho do progresso, da nossa emancipação econômica.

O Sr. Herbert Levy — Estava aguardando precisamente que V. Ex.ª entrasse na direção dos dados, porquanto o nosso discurso de crítica da administração passada, documentado com elementos oficiais, até hoje não foi contestado.

O Sr. HERMÓGENES PRÍNCIPE — Será contestado agora.

O Sr. Herbert Levy — Pediria que V. Ex.ª considerasse que há um característico marcante da administração do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira: a preocupação de S. Ex.ª de realizar quase que exclusivamente obras pleneiras às quais pudesse associar o seu nome, ao passo que aquelas que existiam e que deveriam ser melhoradas, aperfeiçoadas, foram virtualmente abandonadas. Trouxemos aqui alguns exemplos, que lembrarei neste momento já que V. Ex.ª se lança a tarefa de defesa dessa administração. Citei em meu discurso os dados da comissão dirigente da Rede Ferroviária Federal, por onde se verifica o fracasso dessa empresa, não podendo acudir às suas finalidades essenciais. Citei dados relativos ao Ministério da Agricultura, mostrando que esse órgão havia entrado em colapso, com as primeiras verbas liberadas apenas em outubro para que fossem tomadas as primeiras ofertas de compras de produtos essenciais. Tive hoje esta informação confirmada por eminente colega do partido de V. Ex.ª que apurou, como eu, na organização mais importante do Ministério da Agricultura, no meu Estado, a Fazenda de Cauxim, a veracidade da minha informação. Tive oportunidade de mostrar a situação verdadeiramente calamitosa do transporte por cabotagem, que devia ser a linha de vida do País e se transformou na linha de asfixia, porque os elementos fundamentais que devem regular o transporte de cabotagem, as condições dos portos, as taxas de capitais, a legislação sobre tripulação etc., não se alteraram.